

Cidadania e deveres

29 MAI 1995

JORNAL DA TARDE

ANTONIO PAIM

1) Educação

Encarado do lado do invisível, o obscurecimento do verdadeiro caráter da cidadania, existente no Brasil, encontraria correlatos em outros países, como procuramos mostrar aqui, invocando a opinião de Jean-Pierre Fourcade. Contudo, a nota mais saliente da situação brasileira diz respeito ao empenho, decidido e inflexível, de denegrir o nosso passado histórico. Tem-se a impressão de que segmentos inteiros da intelectualidade aderiram aos slogans da Escola do Ressentimento, nome adotado por Harold Bloom para designar estes fenômenos americanos: o *politicamente correto* (submissão ao patrulhamento ideológico); o *multiculturalismo* (negação peremptória dos valores cultuados pela civilização norteamericana) e a obsessão pelas *minorias*, o que não passa de uma forma de negar a componente neurótica presente no feminismo, no homossexualismo, etc. Ainda assim, a recusa frontal de que nosso país disponha de que se orgulhar baseia-se na capacidade de fazer afirmativas sem qualquer fundamento, o que consiste basicamente no culto e na exaltação da ignorância. Se isto tem algo a ver com a condição intelectual, certamente se trata do que Napoleão batizou de *baixo clero*.

Vejo dois antídotos contra a confusão estabelecida em torno da questão da cidadania. O primeiro seria enfatizar que a noção está preliminarmente associada a *deveres*. A esse propósito, aliás, queria aqui registrar que a Universidade de Leiden, na Holanda, está promovendo um inquérito entre pensadores

obrigações resultantes da condição de cidadão de determinada nação; 2. Paternidade responsável; 3. Solidariedade com os necessitados; 4. Auto-aperfeiçoamento moral e cultural; e 5. Zelar pelo bom nome da categoria profissional a que pertence.

Sou naturalmente a favor da

A ESCOLA OBRIGATÓRIA
PARA TODOS — AS OITO SÉRIES DO
PRIMEIRO GRAU — DEVERIA ESTAR
DEDICADA À EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

de todo o mundo com o propósito de estabelecer uma nova hierarquia dos deveres e, quem sabe, chegar a uma *Declaração Universal dos Deveres Humanos*. O tema tem sido amplamente discutido e o filósofo francês Gilles Lipovetski denominou um de seus últimos livros de *O Declínio dos Deveres* (Paris, Gallimard, 1993). Lipovetski acha que estamos ingressando numa espécie de *era do pós-dever* e questiona: Pode haver direitos humanos sem deveres?

Respondo negativamente e, quanto à pergunta do mencionado inquérito acerca dos cinco deveres mais importantes, pareceu-me que seriam os seguintes: 1. Cumprimento das

Declaração Universal dos Deveres Humanos e entendo que nela poderíamos figurar, ainda, as seguintes obrigações: 6. Cumprimento dos deveres eleitorais mesmo quando facultativos; 7. Pagar os impostos que sejam devidos; 8. Participar da vida escolar dos filhos; 9. Contribuir, na medida de suas possibilidades, no sentido da realização do princípio da escolaridade para todos; e, 10. Estreitar os laços de convivência com a comunidade a que pertence.

O segundo antídoto seria estabelecermos que a escola obrigatória para todos (presentemente as oito séries do primeiro grau) deveria estar dedicada à educação para a cidadania. Embora a Constituição (artigo

205) indique que a educação visa “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, não vincula o segundo aspecto a qualquer nível de ensino. A educação para o trabalho, embora completamente dissociada das exigências do mercado, é a única função exercitada pela Universidade (a rigor, pelo ensino superior), e, subsidiariamente, pelas escolas técnicas. Mal ou bem está sendo atendida. A educação para cidadania encontra-se, entretanto, como se diz, “ao Deus dará”. No mundo culto esta função é delegada à Escola Fundamental, sendo esta a principal responsabilidade do poder público. Temos, entre nós, absoluta inversão de valores, destinando-se preferentemente à Universidade os recursos públicos, ao tempo em que a escola de 1º e 2º graus tornam-se simples apêndice do sistema que conduz ao vestibular.

O conteúdo da educação para a cidadania mereceria exame específico.

O AUTOR

Antonio
Paim é
filósofo,
professor
e escritor

